



## RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO

### *RELATIONS BETWEEN THE PUBLIC AND THE PRIVATE AND TEACHER TRAINING IN YOUTH OF FUTURE PROGRAM OF THE UNIBANCO INSTITUTE*

MARIA RAQUEL CAETANO<sup>1</sup>  
[mariacaetano@charqueadas.ifsul.edu.br](mailto:mariacaetano@charqueadas.ifsul.edu.br)

VERA MARIA VIDAL PERONI<sup>2</sup>  
[veraperoni@gmail.com](mailto:veraperoni@gmail.com)

#### RESUMO

Este artigo analisa as implicações para a formação de professores das parcerias entre o público e o privado na educação. Os dados apresentados são da pesquisa que estuda a parceria entre o Instituto Unibanco através do Programa Jovem de Futuro em redes públicas de Ensino Médio no Brasil que é parte da pesquisa CNPq “Implicações da relação público-privada para a democratização da educação”, realizada pelo Grupo de Pesquisa: Relações entre o Público e o Privado na Educação. As principais fontes foram documentos vinculados ao tema. O referencial teórico-metodológico parte do pressuposto de que a política educacional não é, simplesmente, determinada pelas mudanças que estão ocorrendo na redefinição do papel do Estado, mas é parte constitutiva dessas mudanças. Portanto, é importante analisar a política educacional atual no contexto da redefinição do papel do Estado, que está inserida em um movimento maior do capitalismo em que, na tentativa de superar sua crise, foram estabelecidas como estratégias principais o neoliberalismo, a globalização, a reestruturação produtiva e a terceira via. Estratégias que acabaram redefinindo as fronteiras entre o público e o privado, tanto na alteração da propriedade (público não estatal), quanto ao que permanece na propriedade estatal, mas passa a ter a lógica do mercado, reorganizando os processos de gestão (quase-mercado). Esse processo tem implicações nas políticas educacionais e, mais especificamente, na parceria público-privada, que acaba por redefinir o conteúdo das políticas públicas de educação. É a lógica privada mercantil no sistema público influenciando a gestão, o currículo das escolas e a formação dos professores. Dessa forma, analisaremos, neste artigo, como ocorre a formação dos professores na proposta do Instituto Unibanco através do Programa Jovem de Futuro, abordando o conteúdo da proposta de gestão do programa. Escolhemos pesquisar o Instituto Unibanco por ter atuação nacional, mas são muitas as parcerias que influenciam redes públicas de educação atualmente no Brasil.

Palavras-chave: Público • Privado • Formação de professores • Unibanco.

1 IFSUL-Charqueadas - [mariacaetano@charqueadas.ifsul.edu.br](mailto:mariacaetano@charqueadas.ifsul.edu.br)

2 UFRGS/PPGEDU, CNPq - [veraperoni@gmail.com](mailto:veraperoni@gmail.com)



## ABSTRACT

This paper aims to analyze the implications for teacher training partnerships between the public and private education. The data presented are from the research that studies the partnership between Instituto Unibanco by Program Jovem de Futuro in public networks of high school in Brazil that is part of the research CNPq "Implications of public-private relationship to the democratization of education" conducted by Research Group: Relations between the Public and the Private in Education. The main sources were documents related to the issue. The methodological theoretical framework assumes that educational policy is not simply determined by the changes taking place in redefining the role of the state, but is an integral part of these changes. Therefore, it is important to analyze the current educational policy in the context of redefining the state's role, which is part of a larger movement of capitalism that, in trying to overcome its crisis; have been established as key strategies neoliberalism, globalization, restructuring productive and the third way. Strategies that ended up redefining the boundaries between public and private, both in change of ownership (public non-state), as to what remains in state ownership, but is replaced by the logic of the market, reorganizing management processes (quasi- market). This process has implications for educational policy, and more specifically, the public-private partnership, which ultimately redefine the content of public education policies. It is the private market logic in the public system influencing the management, the curriculum of schools and teacher training. Thus, we will analyze in this paper, as in the training of teachers in the proposal of the Instituto Unibanco through the Program Jovem de Futuro, addressing the contents of the program management proposal. We chose to search Instituto Unibanco because it is national presence, but there are many other partnerships that influence public networks of education today in Brazil.

**Key words:** Public • Private • Teacher training • Unibanco.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte da pesquisa CNPq "Implicações da relação público-privada para a democratização da educação<sup>1</sup>", realizada pelo Grupo de Pesquisa: Relações entre o Público e o Privado na Educação<sup>2</sup>, vinculado ao Núcleo de Política e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A pesquisa envolve duas partes complementares: uma de interlocução teórica com os autores internacionais e a outra das diferentes formas de relação público-privada nas etapas e modalidades da educação básica no Brasil através de um mapeamento de distintas possibilidades de materialização do público e o privado nas etapas e modalidades da educação básica. Destacamos as distintas formas dessa relação, através de parcerias com instituições com ou sem fins

lucrativos, e também no fomento às parcerias como política pública ou no conteúdo gerencial de alguns programas e políticas educacionais. Para este artigo apresentaremos a parceria entre sistemas públicos de educação e o Instituto Unibanco, mais especificamente o Programa Jovem de Futuro e como este influencia na formação de professores e gestores das escolas públicas.

O referencial teórico-metodológico que baseia as produções do grupo parte do pressuposto de que a política educacional não é determinada pelas mudanças que estão ocorrendo na redefinição do papel do Estado, mas é parte constitutiva dessas mudanças (PERONI, 2003). Portanto, o Estado, assim como o capital, nesta pesquisa, são tratados como relação ou processo. São parte importante do movimento de correlação de forças de sujeitos



(THOMPSON, 1981) situados em um contexto histórico e geográfico (Harvey, 2005). Estado e sociedade civil são perpassados por correlações de forças de classes sociais e projetos societários distintos. Assim, ressalta-se que esta pesquisa trata da sociedade civil mercantil, onde o privado está vinculado ao mercado. O foco da análise é a privatização do público, na lógica mercantil, com implicações para o processo de democratização no Brasil. Dessa forma, não se trata de uma contraposição entre Estado e sociedade civil, pois se vive ainda em uma sociedade de classes em que sociedade civil e Estado são perpassados por interesses mercantis (PERONI, 2013).

Entendemos ainda que as redefinições no papel do Estado fazem parte de um processo maior inserido na crise do capital que introduziu, através de estratégias como o Neoliberalismo, a Terceira Via, e a Reestruturação Produtiva, a modificação na gestão pública, embora com conceitos distintos, interligados em um emaranhado híbrido para que o projeto do capital se instalasse nas estruturas do Estado, imprimindo sua lógica. E uma das estratégias é o fortalecimento do Terceiro Setor, repassando a execução das políticas sociais – nesse caso a educação – para as instituições privadas ou ONGs<sup>3</sup>. No Brasil, a partir da reforma do Estado instituída por Fernando Henrique Cardoso nos anos de 1990, instituições do Terceiro Setor mercantil passam a assumir um papel preponderante com o estabelecimento de bases políticas e sociais para legitimar “soluções humanizadoras do capital”, projetos que se inscrevem na agenda de atualização da socialdemocracia a partir da Terceira Via na qual consta a partilha de responsabilidade das questões sociais com a sociedade. Para operacionalizar essa estratégia, iniciativas como aproximar a

noção de sociedade civil à de Terceiro Setor e legitimar a responsabilidade social empresarial são postas em movimento, resultando na organização de empresários orientados para as questões sociais (CAETANO, 2013).

Com essa perspectiva, organizações privadas sem fins lucrativos se apresentam como sujeitos coletivos<sup>4</sup> capazes de intervir em questões sociais no país e advogam a necessidade do fortalecimento de suas instituições para provimento de serviços de interesse público por meio de legislação favorável as ações que promovem como a isenção ou renúncia fiscal.

Com a ascensão do presidente Lula à presidência da República em 2003 e sua ampla composição político-partidária em que se somavam muitas forças antagônicas para governar o país, houve continuidades e aprofundamentos em relação ao tipo de gestão desenvolvida pelo novo governo em relação ao anterior (FHC) - a chamada gestão gerencial. Essa continuidade se materializa em 2003 quando é publicado o Plano de Gestão do Governo Lula – “Gestão Pública para um Brasil de Todos” - que sugere transformações macro institucionais que afetam o papel do Estado em função da transformação da gestão pública por intermédio de um Estado ativo e uma gestão econômica consistente. “A construção deste Estado requer esforços de transformação na gestão pública. A busca de um novo padrão de relacionamento entre o governo e as empresas estatais, no qual fiquem definidos os marcos da gestão empresarial e da gestão do interesse público.” (PLANO DE GESTÃO DO GOVERNO LULA, 2003). As propostas do governo Lula de “Revitalização do Estado” são chamadas por alguns, de novo desenvolvimentismo. Por um lado, temos o Estado



financiador, que exerce o papel de indutor do crescimento econômico, fortalecendo grupos privados em setores considerados estratégicos. Por outro, temos o Estado investidor, responsável pelo investimento em obras de grande infraestrutura, que se manifestam no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Estado se torna, assim, a principal alavanca para agentes privados que têm capacidade de disputa no mercado interno e externo.

Ainda na perspectiva do governo Lula, as mudanças nas relações entre Estado e sociedade civil foram marcadas por uma agenda de “concertacion” com a instituição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES<sup>5</sup>), em 2003, que representa a construção de um espaço público não estatal. Entram em cena diferentes sujeitos representantes do setor público e do setor privado, entre os quais o Instituto Unibanco e os sujeitos que o representam, apontando historicamente a ineficiência do padrão de gestão vigente na educação. Seu diagnóstico sugere à educação os mecanismos de gestão da esfera privada, que são reconhecidos como capazes de responder às necessidades de melhoria dos índices educacionais, inserindo na educação a lógica do mercado, formando um quase-mercado, o qual altera a lógica do público, introduzindo concepções de gestão privada nas instituições públicas sem alterar a propriedade das mesmas.

A lógica privada no sistema público também é materializada na rede pública brasileira através do “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” (PDE), no segundo governo Lula (2007-2010), que foi um acordo nacional em prol da educação em que municípios, estados, iniciativa privada e ONGs buscam um mesmo objetivo: melhorar a qualidade da educação

brasileira. No Plano de Metas, o Guia de Tecnologias educacionais torna-se a materialização da esfera privada inserida na educação pública, já que fomenta as parcerias com o setor privado. Nesse sentido, o Guia de Tecnologias educacionais procura atender aos interesses da classe privada e empresarial, como é o caso do Instituto Unibanco.

Assim, os setores privados apresentam-se como indutores das políticas educacionais no Brasil, como constatamos com o Instituto Unibanco a partir da sua inserção no Ensino Médio, pois eles detêm tecnologias educacionais às quais o Estado não tem acesso e necessita deles em função da amplitude de seus programas e na garantia da educação. Ao mesmo tempo em que o Ministério da Educação recomenda os programas do Instituto Unibanco pelo Guia de Tecnologias Educacionais do MEC, legitima-os perante a sociedade brasileira e a comunidade educacional.

É nessa relação que deve ser incorporada a reflexão da contradição que se coloca para o metabolismo do capital entre a dinâmica mundializada do capital versus os limites do Estado (MÉSZÁROS, 1999), haja vista que, à medida que o Estado amplia sua atuação na educação básica, apresenta limites nesse atendimento e, por opção política, busca auxílio na sociedade civil vinculada ao mercado (CAETANO, 2013).

O caso do Instituto Unibanco é muito peculiar, pois este, através da sua presidência e conselheiros, mantém relações de influências com o poder público e empresários de todo o Brasil, em especial com aqueles que atuam diretamente no mercado, através de uma ampla rede de relacionamentos com a mídia, divulgando, assim, as ações do Instituto. Também possui marketing empresarial, tem espaço de







## O INSTITUTO UNIBANCO

O Instituto Unibanco<sup>6</sup> foi criado em 1982, inicialmente para promover as ações e os investimentos sociais do banco, e expandiu sua atuação na educação formal em 2003. O Instituto tinha como objetivo que suas tecnologias se transformassem em políticas públicas, por isso em 2007 concebeu e implantou o Projeto Jovem de Futuro (PJF), que atuou em escolas de Ensino Médio, de forma experimental, em três escolas paulistanas. No ano seguinte, aplicou o projeto-piloto em 20 instituições de ensino de Minas Gerais e 25 do Rio Grande do Sul. Já em 2009, o projeto se expandiu para mais 41 escolas do Estado de São Paulo. Em 2011, as unidades participantes da fase experimental tornaram-se as primeiras a cumprir todo o ciclo do Ensino Médio sob a ação do Jovem de Futuro e deram subsídio para a validação do projeto e para sua aplicação em larga escala, em parceria com o Programa Ensino Médio Inovador, do Ministério da Educação, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência (SAE) e cinco Secretarias Estaduais de Educação, cujo objetivo, segundo o Instituto, é a melhoria do Ensino Médio público

A missão do Instituto Unibanco, por ele mesmo, é contribuir para o desenvolvimento dos alunos do Ensino Médio em escolas públicas, concebendo, validando e disseminando novas tecnologias ou metodologias que melhorem a qualidade e a efetividade das políticas públicas. O Instituto conta com um Conselho de Administração ativo, formado por especialistas, e uma diretoria, conforme dados do site e apresentados na Figura 1, comprometida com a interlocução e com o Conglomerado Itaú/Unibanco. O Instituto optou por desenvolver suas ações no Ensino Médio por ser o passaporte mínimo tanto para a

inserção no mercado de trabalho quanto para a continuidade dos estudos. ([www.institutounibanco.org](http://www.institutounibanco.org)).

Para alcançar os objetivos, houve uma ampla estruturação no IU com o objetivo de atingir um maior número de escolas com o Projeto Jovem de Futuro no Ensino Médio. O Ensino Médio vem passando por reformulações em nível nacional e sua finalidade a partir da nova proposta intitulada "Ensino Médio Inovador (PROEMI)" do MEC é apoiar propostas pedagógicas inovadoras e a organização curricular das escolas públicas estaduais de Ensino Médio disponibilizando apoio técnico e financeiro com um currículo dinâmico, flexível e compatível com as exigências da sociedade contemporânea (BRASIL, 2011). Ou seja, a porta de entrada do Instituto Unibanco através do Programa Jovem de Futuro é a mudança na proposta curricular nas escolas estaduais de Ensino Médio.

## O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO

Atualmente, a principal tecnologia do Instituto Unibanco é o Jovem de Futuro. Trata-se de um projeto de Gestão Escolar para Resultados que oferece às escolas participantes apoio técnico e financeiro para, em um período de três anos (duração do Ensino Médio), melhorar substancialmente seu desempenho. As escolas recebem capacitação e assessoria técnica para planejar, executar, acompanhar e avaliar uma proposta de melhoria de seus resultados e R\$ 100/aluno/ano para financiar as ações estratégicas previstas nesse plano.

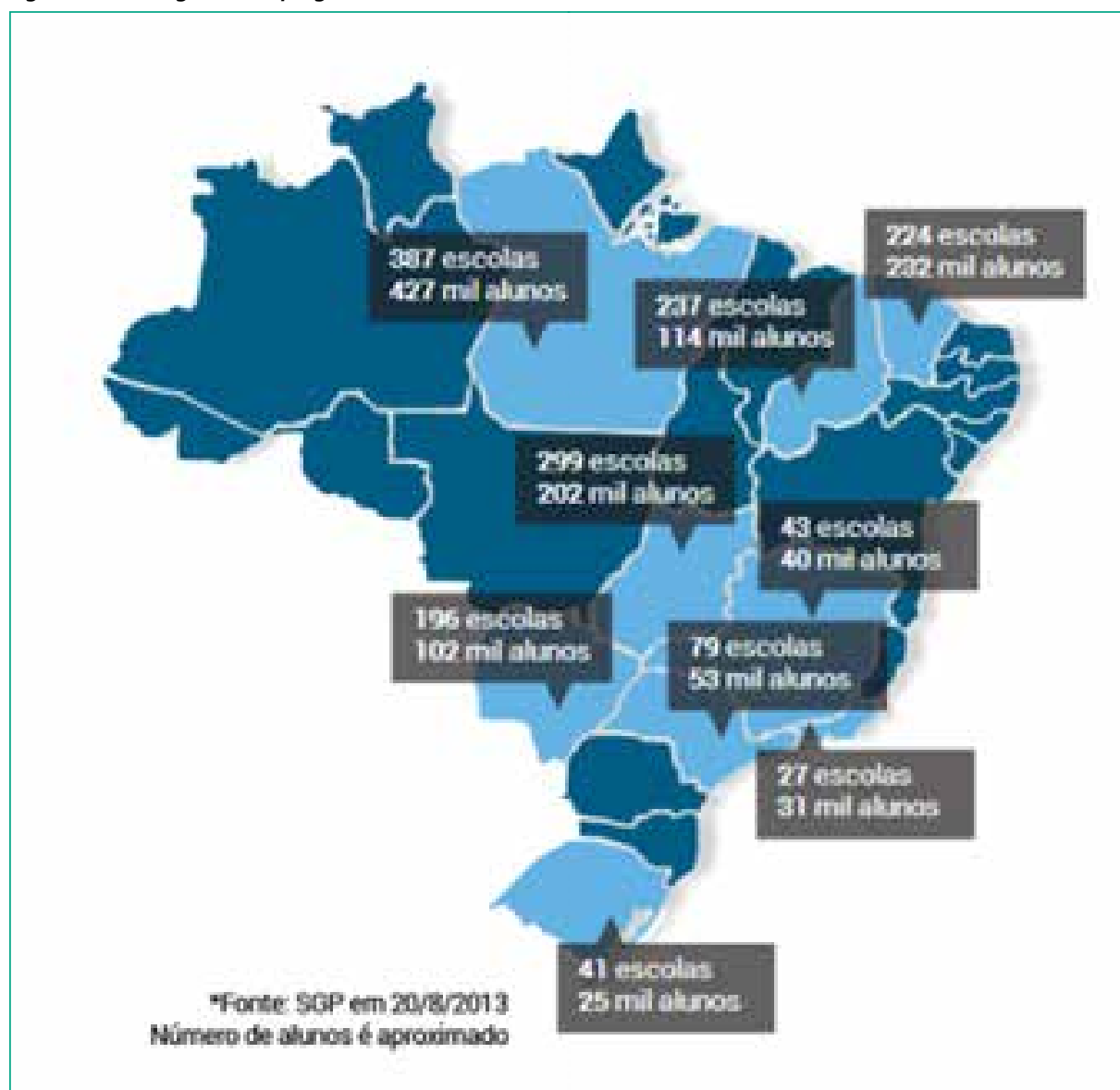
O Jovem de Futuro, conforme o Instituto Unibanco (2012), é uma proposta que visa mobilizar alunos, professores e famílias em torno de metas pactuadas para um mesmo objetivo: garantir que os jovens



entrem, permaneçam, tenham um bom desempenho e terminem o Ensino Médio. (UNIBANCO, 2012).

Não existe um arcabouço legal que trata especificamente do Programa Jovem de Futuro, mas o programa está ancorado em vários projetos do Ministério da Educação, como o Guia de Tecnologias Educacionais, os convênios firmados entre as Secretarias de Educação do Estado e o Ministério da Educação para implantação do Programa

**Figura 2 – Abrangência do programa**



Fonte: Instituto Unibanco (2013)

Ensino Médio Inovador, para implantação do Projeto Jovem de Futuro e para garantir o financiamento do ciclo do Projeto Jovem de Futuro (03 anos), SIMEC e PDDE ([www.dejau.com.br/admin/.../040420121PPT\\_vc\\_PROEMI\\_PJF.ppt](http://www.dejau.com.br/admin/.../040420121PPT_vc_PROEMI_PJF.ppt)). Não é objetivo das autoras aprofundar essa questão neste texto, mas evidenciar as relações que se estabelecem entre o Ministério da Educação, FNDE e Instituto Unibanco para executar um programa com gestão privada, de um banco privado voltado ao mercado, na



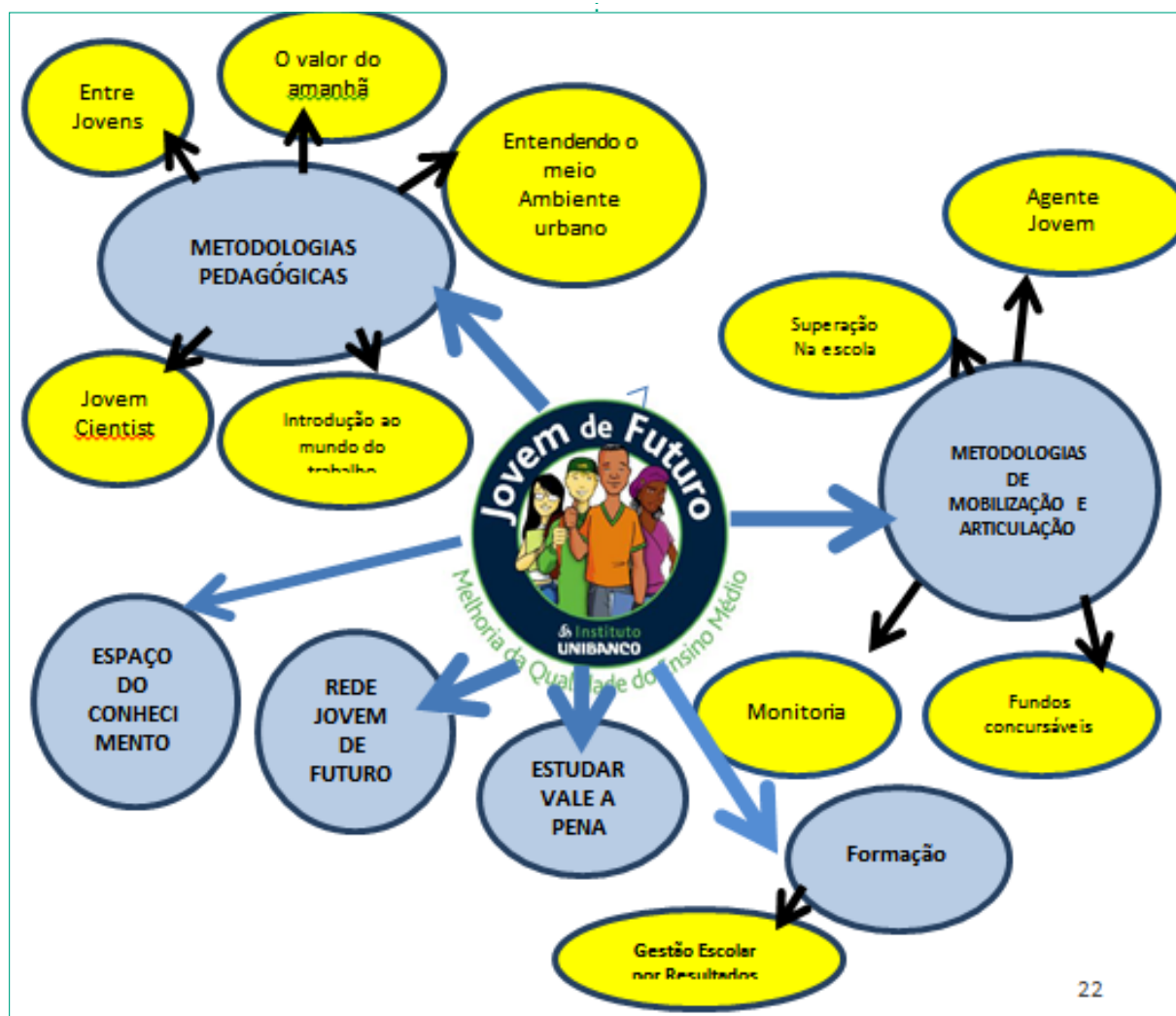
rede pública, com verba pública. No mapa que segue, apresentamos a abrangência do programa no país com dados de 2013:

Conforme estamos demonstrando ao longo deste texto, o Projeto Jovem de Futuro (PJF) apresenta uma atuação considerável nas escolas de Ensino Médio do país. Isso se dá, em especial, através das secretarias estaduais de educação, considerando que as escolas estaduais são as que possuem maior número de matrículas nesse nível de ensino, conforme Censo Escolar, realizado em 2010.

## AS METODOLOGIAS JOVEM DE FUTURO

O Instituto Unibanco oferece às escolas participantes do projeto as Metodologias Jovem de Futuro, que, conforme o PJF (Instituto Unibanco, 2012), são estratégias elaboradas a partir de necessidades detectadas no cotidiano escolar. Essas estratégias são organizadas em metodologias pedagógicas, que contribuem para o processo de ensino e aprendizagem e metodologias de mobilização e articulação, que auxiliam para a realização de ações que fomentam a participação da comunidade

Figura 3 - Programas derivados do Jovem de Futuro



Fonte: Organização- as autoras, 2014.





no ambiente escolar e fortalecem as relações com o entorno. Na figura que segue, demonstramos como elas se organizam no projeto.

De acordo com o Projeto Jovem de Futuro (2012), as Metodologias Pedagógicas têm como objetivo contribuir para o processo de ensino e aprendizagem. São elas: Entre Jovens, O Valor do Amanhã na Educação, Jovem Cientista, Introdução ao Mundo do Trabalho e Entendendo o Meio Ambiente Urbano. As Metodologias de Mobilização e Articulação visam contribuir para a realização de ações que fomentem a participação da comunidade no ambiente escolar e fortaleçam as relações com o entorno. São elas: Agente Jovem, Superação na Escola, Fundos Concursáveis e Monitoria. Para que as instituições de ensino e as secretarias de educação elaborem seus Planos de Ação e monitorem sua realização, foi concebido e desenvolvido, pelo Instituto Unibanco, a ferramenta *online* Sistema de Gestão de Projetos (SGP). Parece-nos conveniente afirmar que as soluções para os problemas da escola já estão preestabelecidos, ou seja, para cada problema que a escola apresenta, já existe uma solução prévia. Se a escola apresentar dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, existem metodologias para tal. Caso as dificuldades sejam de participação, o PJF apresenta outras soluções metodológicas, como em um manual operacional. Destacamos, também, a questão da autonomia da escola e do próprio processo de democratização. Nesse caso, a escola e a comunidade podem participar, mas sua participação fica restrita ao estabelecido pelo programa.

Encontra-se aqui, portanto, um viés educacional que busca desarticular o trabalho desenvolvido pelos gestores e professores

para, em consequência disso, desarticular uma consciência política neles, sobre eles e a partir deles. “Essa concepção invariavelmente procura ver a escola de forma linear e não contraditória.” (EVANGELISTA, 1990, p.34). No sentido de pensar esse caráter contraditório da escola, recorremos a Cury, quando afirma que

os agentes pedagógicos representam os divulgadores mais imediatos da concepção de mundo que busca o consentimento ativo e coletivo das classes sociais. Em função do projeto hegemônico existente. Ao atuarem nesse nível, tornam-se mediadores. Para as consciências, das realidades sociais que defendem e divulgam. (CURY, 1992, p.113).

Essa forma de compreender a escola elucidada, de modo mais objetivo, seu caráter contraditório, demonstrando que, se de um lado, no seu interior é veiculado um conteúdo que busca o consentimento dos gestores/educadores/educandos para um projeto dominante, de outro lado é possível difundir um conhecimento que dê conta de compreender esse projeto, articulando, ao mesmo tempo, um projeto próprio dos dominados (EVANGELISTA, 1990). Concordamos com a autora quando afirma que os agentes pedagógicos agem no âmbito da hegemonia, divulgando e consolidando principalmente a concepção de mundo própria da burguesia; não se pode afirmar, entretanto, que esse processo conte com sua atuação consciente. Nesse sentido, esta pesquisa tem também o objetivo de socializar com os leitores, professores e gestores sobre essas questões fundantes da gestão da educação e da escola implícitas ao PJF.

### FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

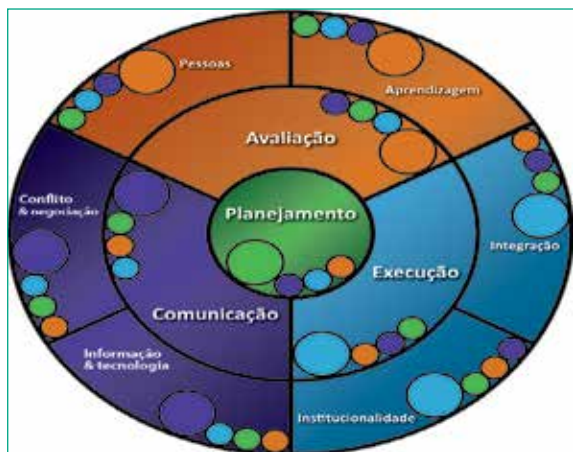
Para participar do PJF os professores e gestores fazem um curso de formação



com aproximadamente 120 horas que é oferecido durante os três anos do projeto. É importante destacar que o curso pretende atingir os profissionais da escola e secretaria de educação que são o centro das decisões na definição e na elaboração das políticas. Na escola, participam o diretor, o coordenador pedagógico e um professor, e na secretaria de educação participam supervisores e técnicos responsáveis por acompanhar as escolas.

O curso desenvolve o conceito de Gestão Escolar por Resultado (GEpR) nos módulos Planejamento e Execução. A principal maneira que o Jovem de Futuro propõe para efetivar a gestão focada em resultados na escola é a construção de um Plano de Ação. É por meio dele que a comunidade escolar deve fazer o diagnóstico, para alcançar os resultados esperados. O Plano de Ação por escola é validado e acompanhado pela equipe de supervisores. (Relatório Anual 2012. Instituto Unibanco). Na figura a seguir, apresentamos o ciclo de gestão do Programa:

**Figura 4** – Ciclo de gestão do Programa



Fonte: Material da formação de gestores, Ceará 2013.

A formação continuada de professores para atuar no PJF é oferecida antes do programa ser implantado e ao longo dele.

Na formação inicial, apresenta-se um conjunto de lâminas padronizadas a todas as capacitações, independentemente do estado ou região do país. A capacitação tem como objetivo reforçar comportamentos esperados dos professores em relação ao trabalho a ser desenvolvido, e a figura do coordenador/supervisor torna-se central nesse processo de adequação do trabalho do docente às normas do Programa.

Se pensarmos no “pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade” (SAVIANI, 2010, p.381), a aproximação do planejamento do PJF tem como proposta torná-lo objetivo e operacional. A operacionalização dos objetivos e a mecanização do processo de planejamento estão contempladas na proposta através da padronização de esquemas de planejamento previamente formulados aos quais se devem ajustar as disciplinas e as práticas pedagógicas do Ensino Médio.

Para acompanhar as ações do PJF, o Instituto Unibanco desenvolveu uma Plataforma online de gestão de projetos das escolas e formação à distância. Atualmente, é composta pelo Sistema de Gestão de Projetos (SGP) e pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que, conforme o Instituto Unibanco (2012), serão em breve integrados. A plataforma permite às escolas construir os seus Planos de Ação, de forma alinhada às diretrizes do MEC (PDE Interativo, outros programas do Ministério ou mesmo outras fontes de financiamento). Após a aprovação do plano, elaborado de acordo com as necessidades identificadas pelo diagnóstico da escola, é possível realizar o acompanhamento da execução das ações e identificar desvios em relação ao que foi planejado, seja em relação ao tempo ou ao orçamento.



Para colaborar com o alcance dos resultados propostos no Plano de Ação pelas escolas participantes do projeto, o PJF disponibiliza Metodologias, conforme já apresentamos, que são estratégias educacionais elaboradas a partir de necessidades detectadas no cotidiano escolar. Elas buscam fomentar ações, projetos e trabalhos de forma interdisciplinar; corrigir dificuldades e fragilidades específicas encontradas nas escolas; articular a comunidade escolar, visando à sustentabilidade e à obtenção de resultados; e potencializar ações já existentes na escola. Nesse caso, o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, apresentando o professor e o aluno posição secundária, relegados à condição de meros executores do processo de planejamento.

Refletindo sobre o formato apresentado na capacitação inicial dos professores, percebemos que este visa à intervenção pedagógica, tentando provocar uma mudança cultural e comportamental esperada (SOUZA JUNIOR, 1994). Para os autores, que relacionam o treinamento aos processos gerenciais, o núcleo dessa pedagogia está na proposição de que se deve treinar massiva, intensivamente e, se necessário, repetidas vezes as pessoas. “É preciso motivar, propiciar o envolvimento de todos para que haja mudança de mentalidade, de cultura, de comportamentos.” (Idem, p.16).

Para atingir um maior número de professores, o treinamento é voltado para a aplicação imediata. Os textos do treinamento, na maioria das vezes *slides*, são constituídos pelas normas e padrões a serem internalizados. Conforme Machado, “a uniformização dos métodos de gerenciamento e a forma como são introduzidos no cotidiano do trabalho constituem

mecanismos de disciplinamento e de modelamento dos trabalhadores.” (Ibidem, p.16) em especial dos professores.

No entanto, para Saviani (1996), a formação docente deve estar fundamentada em bases teóricas sólidas, apoiadas na reflexão filosófica e no conhecimento científico como condição para a efetiva compreensão do homem como síntese de múltiplas determinações, assim como das vinculações do trabalho pedagógico no contexto da prática social (SAVIANI, 1996). Conforme o autor, a reflexão filosófica possibilita ao educador a superação de uma compreensão sobre a prática pedagógica concebida de forma fragmentária, incoerente, desarticulada e simplista, guiada pelo senso comum, por uma compreensão unitária, coerente, articulada, intencional e cultivada, guiada pela consciência filosófica. Trata-se de uma reflexão crítica sobre os problemas que se apresentam na realidade educacional, o que o PJF tem negado, pois apresenta soluções já definidas às escolas, aos gestores e aos professores.

### AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A avaliação dos resultados obtidos pelo Programa é coordenada pelo pesquisador Ricardo Paes de Barros, conselheiro do IU e subsecretário da SAE (já mencionado como um dos sujeitos importantes no PJF). É ele que coordena a avaliação de impacto nas escolas participantes. A metodologia da avaliação ocorre a partir de um grupo de intervenção que recebe o PJF por três anos com aporte de recursos e avaliações desenvolvidas pelo IU e um grupo de controle que responde à prova sem desenvolver o projeto.

Segundo o IU, a avaliação serve para identificar os aspectos do desenho e a forma de implementação do programa que



necessitam aperfeiçoamento. Ela também é uma fonte de informações para a elaboração de programas similares no futuro. Percebemos que, como qualquer programa de larga escala, o Programa Jovem de Futuro vem sendo aplicado em estados com características muito próprias e particulares do Brasil, desconsiderando as realidades presentes em cada escola.

Concordamos com Saviani (1996) quando diz que a mesma sociedade que tanto prega a individualidade, a autonomia, a liberdade e a criatividade como seus mais altos valores, opera nos indivíduos a mais brutal padronização e o mais brutal esvaziamento. E é nesse contexto que continuamos a questionar as consequências para a democratização da educação e da escola com a inserção de programas como o Jovem de Futuro nas redes de ensino do país.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos trazer o debate que realizamos em nossas pesquisas acerca da relação entre o público e o privado e, mais especificamente, a proposta de formação de professores do Instituto Unibanco que faz parceria com escolas públicas de Ensino Médio, através do programa Jovem do Futuro. O Instituto Unibanco tem uma característica diferente e muito preocupante, ele financia a escola e, assim, muitas escolas públicas acabam aderindo para receber recursos, e, portanto, submetendo-se às metas do Instituto, que interfere em toda a escola, desde o conselho escolar, currículo, chegando até aos conteúdos de ensino.

A formação de professores, de técnicos das secretarias de educação e gestores da escola está vinculada a princípios gerenciais de gestão para resultados e os cursos são obrigatórios, com grande prejuízo para

a autonomia do professor e a liberdade de ensino. Questionamos as implicações para a democratização da educação dessa proposta de parceria, principalmente em um país que não tem um histórico de cultura democrática e deu passos importantes no período recente pós-ditadura. Ao dar os primeiros passos nesse sentido, os sujeitos, individuais e coletivos, vinculados ao mercado, se articularam para uma grande ofensiva para barrar esse projeto e imprimir novamente a lógica de mercado na educação, como historicamente ocorreu neste país.

A Gestão Escolar para Resultados, que é a base da proposta de formação, utiliza ferramentas gerenciais, na lógica de programas da Qualidade Total, muito presentes nas empresas brasileiras a partir dos anos 90 como a padronização, o ciclo do PDCA, o controle de processos e o controle de resultados. As metodologias empregadas pelo Instituto também são padronizadas e replicáveis, ao contrário das propostas de reestruturação produtiva que propõem a formação de um trabalhador criativo, que responda rapidamente às demandas com capacidade de raciocínio e trabalho em equipe.

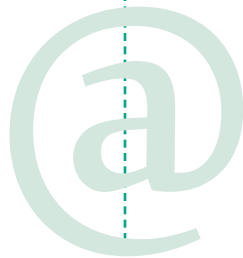
Portanto, ao mesmo tempo em que o processo produtivo exige a elevação do nível intelectual dos trabalhadores para que estes possam acompanhar as mudanças tecnológicas, essa elevação do nível intelectual precisa ser limitada aos aspectos mais atrelados ao processo de reprodução da força de trabalho, evitando-se, a todo custo, que o domínio do conhecimento venha a tornar-se um instrumento de luta por uma radical transformação das relações sociais de produção. Como os representantes do capital precisam exercer uma ininterrupta atividade para não perder sua



hegemonia sobre o conjunto da sociedade, eles se utilizam de estratégias de obtenção de consensos, do estabelecimento de redes de relações entre empresas e buscam a adesão da população ao projeto político e econômico neoliberal.

Enfim, verificamos que as parcerias são uma das formas encontradas para o capital

chegar diretamente à escola, à sala de aula, e definir e controlar o que e como será ensinado. Questionamos por que as redes públicas, que têm o dever constitucional de garantir o direito à educação, buscam as parcerias com as instituições privadas, mais uma vez tendo como parâmetro a lógica mercantil



### NOTAS EXPLICATIVAS:

- 1 Sobre esta pesquisa ver PERONI, 2013.
- 2 O grupo de pesquisa relações público-privado na educação está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/ UFRGS) e é composto por duas bolsistas PIBIC, mestrandos, doutorandos, mestres, doutores e docentes do Programa, assim como pesquisadores de outras instituições, totalizando 20 membros. Esse grupo estuda o tema público/privado desde 2001 e, sobre esse tema, foram concluídas dissertações e teses e vários trabalhos estão em fase de elaboração. Atualmente o grupo de pesquisa realiza reuniões quinzenais onde em duplas traz para a discussão dos dados e análises, participando, desse modo, de todas as fases do processo de elaboração.
- 3 Sobre este assunto ver PERONI (2003, 2006, 2008b, 2009) e PERONI, ADRIÃO (2005). <http://www.ufrgs.br/ufrgs/faced/peroni>
- 4 Sujeitos individuais e coletivos na perspectiva de Thompson (1981).
- 5 Sobre este assunto ver PERONI, CAETANO, 2012
- 6 Sobre este assunto ver Monteiro (2013).





## REFERÊNCIAS

**BRASIL.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Coordenação Geral do Ensino Médio. *Programa Ensino Médio Inovador. Documento Orientador.* Brasília, 2011.

**BRASIL.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão.

**GESTÃO** pública para um Brasil de todos: um plano de gestão para o Governo Lula | Secretaria de Gestão. – Brasília: MP, SEGES, 2003.

**CAETANO,** Maria Raquel. *Relações entre o público e o privado: a gestão pedagógica da educação no Programa Circuito Campeão do Instituto Ayrton Senna (2007-2010).* Tese (Doutorado). UFRGS. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

**CURY,** Carlos R. Jamil. *Educação e contradição.* São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1992.

**EVANGELISTA.** Olinda. *Algumas questões em torno da relação política na educação.* Perspectiva: Florianópolis, 8 (14):29-57, jan/jun 1990.

**INSTITUTO UNIBANCO.** *Relatório de Atividades, 2012.* Disponível em <http://www.institutounibanco.org.br/relatorio>. Acesso em 3/4/2014.

**HARVEY,** David. *O neoliberalismo, história e implicações.* São Paulo: Loyola, 2005.

**SOUZA JÚNIOR,** Hormindo Pereira de. *Forma e conteúdo na construção ideológica do discurso de qualidade.* In: FIDALGO, Fernando Selmar; MACHADO, Lucília Regina de Souza. (Orgs.). *Controle da qualidade total: uma nova pedagogia do capital.* Belo Horizonte: Movimento Cultura Marxista, 1994, p. 57-62.

**MÉSZÁROS,** I. A ordem do capital no metabolismo social da reprodução. In: *Ad Hominem - revista de filosofia, política, ciência da história.* n. 1, t. 1. São Paulo, Estudos e Edições Ad Hominem, 1999, p. 83-124

**MONTEIRO,** Marcelisa. *Relação Público-privada na educação básica no Brasil: uma análise da proposta do Instituto Unibanco para o Ensino Médio público.* In: PERONI, Vera Maria Vidal (org) *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação.* Brasília, Liber Livro, 2013.

\_\_\_\_\_. *Redefinições no papel do Estado: parcerias público-privadas e a democratização da educação.* Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 21, p.47, 2013

**PERONI,** V.M.V., CAETANO, M. R. *Redefinições no papel do Estado: terceira via, novo desenvolvimentismo e as parcerias público-privadas na educação.* Revista FAEEBA. v.21, p.41 - 57, 2012.

**THOMPSON,** Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.



**INSTITUTO UNIBANCO.** Relatório de Atividades, 2012. Disponível em <http://www.institutounibanco.org.br/relatorio>. Acesso em 3/4/2014.

**SAVIANI.** Dermeval. *Filosofia da Educação: Crise da Modernidade e o Futuro da Filosofia da Práxis*. In: FREITAS, MC. (org.). *A Reinvenção do Futuro: Trabalho, Educação. Política na Globalização do Capitalismo*. São Paulo, Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2010.

**RECEBIDO** em 16/08/2014

**ACEITO** em 18/09/2014

